

Minha Gente: perguntas

MOACYR DE GÓES

Educação

As empreiteiras estão em festa, o coração a gargalhar. Os profissionais da educação, não sei. O projeto Minha Gente foi lançado em Brasília, com pompa e circunstância e direito a lágrimas presidenciais. Os "Brizolões", de agora em diante, serão chamados de "Roxões". O custo global da operação será US\$ 6,8 bilhões (Cr\$ 2,4 trilhões), segundo o Ministro Alcení Guerra. Ainda este ano serão investidos Cr\$ 62 bilhões. Vinte fábricas de argamassa serão instaladas pelo Estado, ao custo unitário de US\$ 5 milhões (Cr\$ 1,37 bilhão) e entregues às empreiteiras para a operacionalização. Este amplo programa de construção civil terá a vantagem econômica de reativar o setor e abrir emprego para a mão-de-obra. Portanto, nada contra. Pelo contrário.

— Mas, e a educação?

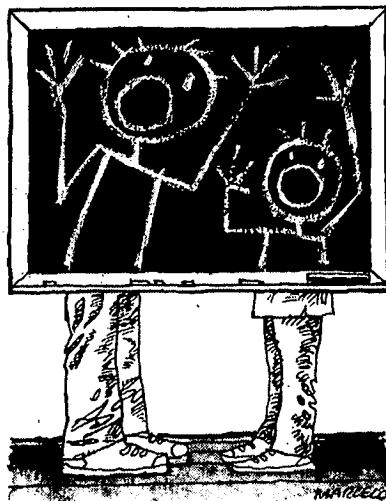
No noticiário da imprensa nada li sobre esta especificidade, além da informação que o projeto atenderá seis milhões de crianças.

— Mas, atender, como?

Algumas perguntas, na área específica da educação, precisarão ser respondidas, enquanto é tempo, isto é, enquanto as empreiteiras ganham dinheiro, Presidente, governadores e prefeitos descerram placas inaugurais e o marketing eleitoral paga a publicidade na imprensa. Eis algumas questões:

1 — Situar e datar os "Roxões" como herdeiros da Escola Nova, como querem alguns, é correr com o andor do santo de barro. Lá do céu onde se encontra, Anísio Teixeira deve estar pedindo emprestada a fina ironia de Gide para responder: "não me entendam tão depressa". Afinal já dizia Dr. Anísio que "a escola são os seus professores". E quais os professores que irão para as salas de aula? Estes profissionais que, em todos os Estados da Federação, estão em pé de guerra contra o Estado, lutando por salário? Os médicos para os ambulatórios, idem. Qual a proposta de Minha Gente para pacificar a área?

2 — A questão salarial do ma-



gistério público — federal, estadual, municipal — não é conjuntural. A proletarianização do professorado não é uma figura de retórica. A partir de um determinado momento do pós-guerra (coincidindo, no Rio de Janeiro, por volta do Governo Lacerda) os salários dos profissionais da educação entraram numa linha descendente de poder aquisitivo. O mercado de trabalho da sala de aula ampliou-se, mas os salários não se recuperaram. Para manter o seu status o professor optou por uma solução equivocada: assumiu mais horas-aula (ou outra matrícula). Surgiu, assim, a figura do professor-táxi, isto é, às 7 horas da manhã levantava a primeira "bandeirada" e entrava numa sala de aula para só terminar às 22 horas, passando por diversas escolas. O sobre-salário escondia o esgotamento físico e a impossibilidade de qualquer reciclagem para crescer profissionalmente. O modelo perverso, com o tempo, só poderia produzir os frutos que estão aí. Nas médias e grandes cidades, a urbanização caótica fez explodir a sala de aula. A chamada "democratização" da educação não significa, apenas, colocar os pobres nos bancos escolares; vai encontrar, também, um professor proletarianizado, recrutado em

áreas cada vez mais pobres (em função do salário oferecido), com insuficiente formação e impossibilitado de se requalificar pela reciclagem porque o dia não tem 25 horas. Sócio-economicamente proletário, o professor adota, muitas vezes, uma práxis política de luta proletária, espelhando-se no metalúrgico, mesmo que, em reiteradas greves, a realidade lhe ensine que os poderes de fogo são diferentes. Aí a classe dominante se escandaliza e exclama que "no meu tempo a professora primária sabia falar francês e tocar piano". É verdade, minha senhora, mas, no seu tempo, a escola era risonha e franca e, hoje, a sala de aula é um campo de guerrilha, minado por todos os lados e ninguém sabe quem vai sobreviver. Agora, voltando ao argumento inicial, se "a escola são os seus professores" e o Minha Gente tem Cr\$ 2,4 trilhões para gastar, qual a proposta para reverter a situação do ator principal da cena que se pretende criar?

3 — Prosseguindo: na sala de aula, ensinar o quê? Há muito tempo que os cursos de formação de professores estão defasados e uma atualização de conteúdos deveria ter sido feita, ontem. Qual é a proposta de "Minha Gente" para preparar professores para educar seis milhões de crianças, como notícia a imprensa?

4 — Na sala de aula, ensinar o quê (ainda)? A baixa qualificação do magistério em sala de aula, aliada à imprescindível participação do professorado leigo, pelo Brasil afora, cria uma escola que ensina muito pouco e muito mal. Quem tem a coragem de fazer uma reciclagem de professores, de alto a baixo, diminuindo os graus de ignorância?

5 — A capacidade educacional instalada, localizada nas redes de escolas públicas em funcionamento, vai continuar a cair, aos pedaços? Esses dois e meio trilhões de cruzeiros, que serão aplicados fora das redes públicas, não significam um desvio? A cada administração pública que ocupa o Governo teremos que inventar a roda? Dinheiro do contribuinte

e trabalho de profissionais, historicamente acumulados, criaram espaços educativos nas escolas públicas que aí estão, vivendo de teimosas que são. Elas serão largadas à própria sorte, condenadas a uma vida vegetativa?

6 — No Brasil, a educação pública não passa mais pelo Ministério da Educação? Minha Gente é administrado pelo Ministério da Saúde (sem eufemismos de "Ministério da Criança") e financiado pelo Ministério da Economia e da Ação Social e, sabemos muito bem, quem paga, comanda. O Ministro Chiarelli não precisaria ser condenado a um enterro de indigência. Bastava fechar o MEC.

7 — Finalmente, a última pergunta — mas, a não menos importante — quem vai alimentar a Moby Dick? Isto é, a manutenção dos "Roxões", quem pagará? O governador? O prefeito? Em São Paulo e Rio — tudo bem. E no Acre? E no Rio Grande do Norte, Piauí e Paraíba? Então é bom ir logo calculando o tamanho da folha de pessoal e seus encargos; as três (ou quatro) refeições diárias; as contas de luz e água; os transportes; a manutenção de equipamentos e instalações pedagógicas, médicas, esportivas, redes hidráulicas e elétricas, segurança contra roubos e depredações etc. etc.

Fico pensando: um projeto arquitetônico único para tantos "Brasis" diferenciados. Todos calcando 44... Sei não...

A complexidade da questão educacional do Brasil está a exigir a vontade política direcionada para uma escola que não expulse o aluno e que, efetivamente, ensine. Esta é a prioridade um. O mais virá "por acréscimo", como diz o Evangelho.

De qualquer modo aí estão algumas questões educacionais que precisam ser pensadas, enquanto há tempo. O tempo em que as empreiteiras ganham o dinheiro com cimento, areia e malha de ferro.